

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

3R BAHIA S.A.

E

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORAS

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

 RHTBM



ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.....	12
CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA	12
CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.....	12
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO DO GÁS.....	14
CLÁUSULA SEXTA - COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	17
CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	20
CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO	22
CLÁUSULA NONA - PONTO DE ENTRADA.....	24
CLÁUSULA DEZ - MEDIÇÃO DO GÁS	24
CLÁUSULA ONZE - QUALIDADE DO GÁS.....	24
CLÁUSULA DOZE - PARADAS PROGRAMADAS E EMERGENCIAIS.....	25
CLÁUSULA TREZE - FATURAMENTO	26
CLÁUSULA QUATORZE - INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	30
CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	33
CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	36
CLÁUSULA DEZESSETE - VEDAÇÃO A TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO.....	ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
CLÁUSULA DEZOITO - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	41
CLÁUSULA DEZENOVE - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	41
CLÁUSULA VINTE - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	42
CLÁUSULA VINTE E UM - NOVAÇÃO	43
CLÁUSULA VINTE E DOIS - CONDUITA DAS PARTES	43
CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	45
CLÁUSULA VINTE E QUATRO - CONCORDÂNCIA DAS PARTES	47
ANEXO I - CÓDIGO DE CONDUITA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO DA VENDEDORA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM 3R BAHIA S.A., 3R
PETROLEUM OFFSHORE S.A., E
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
GÁS - COPERGÁS**

Pelo presente instrumento,

3R BAHIA S.A., sociedade anônima, com sede na Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, CEP 22250-145, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 23.018.639/0001-08, doravante denominada "**3R BAHIA S.A.**", e, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A., sociedade anônima, com sede na Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, CEP 22250-145, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 02.857.854/0001-14, doravante denominada "**3R OFFSHORE**", e, em conjunto com a 3R BAHIA S.A., "**VENDEDORA**", neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS, sociedade de economia mista com sede na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 1748, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.025.313/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada "**COMPRADORA**".

Também denominadas, isoladamente, "**PARTE**" e, em conjunto, "**PARTES**"

CONSIDERANDO QUE:

- a) conforme disposto no Parágrafo 2º do Art. 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da LEI;
- b) conforme contrato de concessão firmado em 05 de novembro de 1992, a **COMPRADORA** é concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Pernambuco;
- c) foi realizado processo de Chamada Pública para contratação do objeto do presente CONTRATO, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 15.900, de 11/10/2016;
- d) a **COMPRADORA**, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender à demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;



- e) a VENDEDORA deseja vender e disponibilizar à COMPRADORA gás natural, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- f) a VENDEDORA está habilitada pela ANP a desenvolver atividades relacionadas à produção e comercialização de petróleo e gás natural, e possui todas as LICENÇAS e enquadramentos definitivos exigíveis por LEI e/ou AUTORIDADE GOVERNAMENTAL necessários para entregar e cumprir todas as suas obrigações assumidas através deste CONTRATO; e,
- g) a compra e venda de GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório, com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro, do art. 28 da Lei Federal nº 13.303.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural ("CONTRATO"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica residente ou com sede no Brasil ou no exterior que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

O termo "ano" quando não grafado em maiúscula significará ano civil.



ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.4.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.3.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.3(a).

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: qualquer nação ou governo ou qualquer subdivisão, autoridade, agência ou órgão dele, incluindo: (i) os governos federais, estaduais ou municipais; (ii) as autoridades governamentais, regulatórias, executivas, legislativas, judiciárias ou administrativas, bem como qualquer autoridade fiscal, o que inclui, com relação aos itens "i" e "ii", suas respectivas agências, divisões, departamentos, conselhos, representações ou comissões, incluindo a ANP (iii) juízo, corte, tribunal ou órgão judicial, administrativo ou arbitral, Ministério Público da União e dos Estados, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas estaduais e municipais; ou (iv) qualquer comissão de valores mobiliários ou qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, que tenha competência para impor normas ou regras sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, de acordo com a LEI.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de normalização do empacotamento do SISTEMA DE TRANSPORTE e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA OU CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam, em conjunto, os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significam os contratos de transporte para entrada, a serem celebrados, individualmente, pela VENDEDORA com o TRANSPORTADOR, necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significam os contratos de transporte para saída a serem celebrados pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessários à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE SAÍDA.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) à VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA oriunda da exploração dos campos dos Polos Peroá e Bahia.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa a parcela de custos adicionais de transporte, calculada, com base no item 5.1.2 e faturada conforme item 13.4, correspondente aos custos eventualmente incorridos pela VENDEDORA no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, para atendimento a este CONTRATO, desde que não incluídos na PARCELA DE TRANSPORTE.

ENCARGOS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE (EST): significa a remuneração devida ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA, em contraprestação ao serviço de transporte de entrada e calculada na forma do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, que inclui diferentes tarifas individuais, que, na presente data, são a Encargo de Serviço de Transporte de Entrada ("ESTE"), o Encargo de Custos Fixos de Compra e Venda de Gás ("ECFCVG"), a Tarifa de Capacidade de Empacotamento ("TCEmp") e a Tarifa de Gás de Uso no Sistema ("GUS") que compõem a tarifa total de entrada.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.10.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

FALHA DE PROGRAMAÇÃO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA; ou
- (b) envio, pela VENDEDORA, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE PROGRAMAÇÃO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ajustes de desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária e/ou no contexto do item 6.1.2;
- (iv) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a

nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);

- (v) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR e/ou aos CONTRATO(S) UPSTREAM; ou
- (vi) situações de PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS EMERGENCIAIS.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto deste CONTRATO, processado na UPGN e cuja qualidade atenda aos parâmetros da Resolução ANP nº 16/2008 ou outra que vier a substituí-la.

INFRAESTRUTURA: significa o gasoduto de escoamento da produção que interliga o POLO PEROA e POLO BAHIA à UPGN, sendo tal gasoduto de propriedade da VENDEDORA e/ou de um processador por ela contratado, conforme aplicável.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: tem o significado atribuído no item 3.1 deste CONTRATO.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 21.2.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na

CLÁUSULA DEZOITO - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO: significam as notificações para troca de titularidade do GÁS, para fins de BALANCEAMENTO, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, conforme aplicável.

PARADA NÃO PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento de GÁS, devido a restrições operacionais emergenciais e/ou situações que não configurem PARADA PROGRAMADA, envolvendo o POLO BAHIA e POLO PEROA, a INFRAESTRUTURA, os CONTRATO(S) UPSTREAM e/ou os CONTRATOS DE TRANSPORTE.

PARADA PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE - PARADAS PROGRAMADAS E EMERGENCIAIS.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente à molécula do GÁS, no PONTO DE ENTRADA, nos termos previstos no item 5.1.3.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente aos custos incorridos pela VENDEDORA, no PONTO DE ENTRADA, para o transporte do GÁS, nos termos previstos no item 5.1.1 e considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 16.3 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 37.302,1790 BTU em 1,0 MMm³ de GÁS, que convertidos equivalem a 9.400 kcal/m³ por 1,0 m³.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE SAÍDA.

POLO BAHIA: significa o conjunto de campos de exploração e produção de



petróleo e gás natural de Aratu, Cambacica, Candeias, Cexis, Dom João, Dom João Mar, Guanambi, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Pariri, São Domingos, Socorro, Socorro Extensão, Catu, Mata de São João, Pojuca e São Sebastião do Passé, Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alo das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, localizados na Bacia do Recôncavo, Estado da Bahia.

POLO PEROÁ: significa, em conjunto, os campos Cangoá, Malombe e Peroá de produção de petróleo e gás natural localizados na Bacia do Espírito Santo, Estado do Espírito Santo, sob os CONTRATOS DE CONCESSÃO nº 48000.003902/97-21, 48610.009214/2002 e 48000.003903/97-93, respectivamente.

PONTO DE ENTRADA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE, a jusante da UPGN, onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, para a custódia e transporte do TRANSPORTADOR, e (iii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

PONTO DE SAÍDA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado, pelo TRANSPORTADOR, à disposição para o recebimento da COMPRADORA.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA - PREÇO DO GÁS.

PROCESSADOR: significa a empresa responsável pelo processamento do gás natural na UPGN ou Unidade de Tratamento de Gás, nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e no PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, prevista na CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, objeto dos compromissos de programação e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA solicita ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, e que será objeto de programação, para que seja colocada capacidade à sua disposição em um

PONTO DE ENTRADA, para a prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV): significa a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA que a COMPRADORA tenha solicitado e que foi aceita pela VENDEDORA, nos termos da CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO, para, no DIA, colocar à disposição no PONTO DE ENTRADA.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM O TRANSPORTADOR (QDPT): significa a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA que a VENDEDORA tenha nominado e que foi aceita pelo TRANSPORTADOR, nos termos da CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO, para, no DIA, colocar à disposição no PONTO DE ENTRADA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, para que seja nominada, programada e colocada à disposição da COMPRADORA no PONTO DE ENTRADA, conforme CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3 deste CONTRATO.

QUANTIDADE MEDIDA CORRIGIDA (QMC): significa a QUANTIDADE DE GÁS, expressa em METROS CÚBICOS, apurada em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO do PONTO DE ENTRADA e/ou do PONTO DE SAÍDA, conforme o caso.

QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.2, diretamente relacionada ao descumprimento da RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) da COMPRADORA prevista no item 7.1.

QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA de QUANTIDADES NÃO ALOCADAS.

QUANTIDADE RECUPERADA (QR): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO ALOCADAS, na forma do item 7.4.

SISTEMA DE TRANSPORTE: conjunto de instalações físicas, de propriedade do TRANSPORTADOR ou terceiro por este contratado, necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando aos dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso da COMPRADORA, conforme definido no item 7.1. O valor do RMM será faturado na forma do item 13.3, sendo recuperável na forma do item 7.4 e seus subitens.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em

procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizados no PONTO DE ENTRADA e nos PONTOS DE SAÍDA.

TRANSPORTADOR: significa a TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG, autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.3(b).

UPGN: significa a UPGN e/ou Unidade de Tratamento de GÁS, operada pelo PROCESSADOR contratado pela VENDEDORA, visando atender ao presente CONTRATO, nos termos da Resolução ANP 852/2021 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: significa o valor aproximado de R\$ 250.000.000,00, considerando o volume total estimado de GÁS a ser comercializado, o PREÇO DO GÁS e o prazo do CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e programação, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2026, sendo certo que o INÍCIO DO FORNECIMENTO ocorrerá em 01 de janeiro de 2025, observadas as previsões do item 0.

3.2. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante a celebração do correspondente termo aditivo.

3.3. Sem prejuízo do disposto no item 3.1 deste CONTRATO sobre o prazo final de vigência deste CONTRATO, permanecerão válidas as disposições relativas a foro, sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, conduta das partes, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo.

Período	QDC - (m³/dia)
De 01/01/2025 até 31/12/2026	200.000 (Duzentos mil METROS CÚBICOS por DIA)

4.2. A qualquer momento durante a vigência do CONTRATO, as PARTES poderão, em conjunto, avaliar as QDCs originalmente estabelecidas no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterá-las, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

4.3. Com o intuito de dar cumprimento às suas obrigações contratuais, inclusive no que se refere à QDC, a VENDEDORA poderá optar por disponibilizar à COMPRADORA gás natural processado oriundo de outras áreas produtoras e, conseqüentemente, de local distinto do PONTO DE ENTREGA originalmente previsto neste CONTRATO. Nesse caso, a VENDEDORA deverá notificar a COMPRADORA com antecedência mínima de 1 dia sobre sua decisão., para que esta avalie a possibilidade de recebimento e transporte do volume de gás, podendo ser, inclusive, incluída uma Afiliada da VENDEDORA como Parte neste Contrato (caso esta seja a concessionária da área produtora), para fins de implementação da possibilidade aqui prevista.

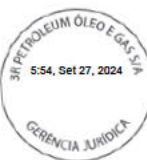
4.4. Para os fins deste CONTRATO, as PARTES convencionam que a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) será o referencial quantitativo indicativo, em bases diárias, das obrigações assumidas, tanto pela VENDEDORA quanto pela COMPRADORA, as quais terão a sua apuração efetivamente realizada por meio de média mensal.

4.5. A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(IS) opte(m) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) que optou(aram) pela condição de CONSUMIDOR LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual. Caso haja mais de um contrato em vigor entre as PARTES, a redução das QDCs se dará em todos os contratos, considerando a proporção das QDCs destes contratos.

4.5.1. As Partes se comprometem a celebrar aditivo(s) contratual(is) para registrar a(s) redução(ões) da QDC, nos termos deste item, no prazo de 90 DIAS a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA, cabendo à COMPRADORA definir a data que constará do aditivo como marco para início da redução da QDC, desde que essa data seja posterior à data da celebração do aditivo e coincida com a data da efetiva redução da QDC pelo(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) que optou(taram) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE.

4.5.2. Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO e nos eventuais outros contratos celebrados com a VENDEDORA ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas através de aditivos anteriores.

4.6. No caso de um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(IS) optar(em) pela migração para a



condição de CONSUMIDOR LIVRE e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por outro supridor, deixando assim de adquirir o GÁS NATURAL regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com a VENDEDORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e a celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens abaixo.

4.6.1 As reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS de que trata o item 4.6 deverão ser requisitadas por meio de NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA, contendo a comprovação da migração do(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS), com as informações e comprovações referentes à migração. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo de 90 (noventa) DIAS a contar da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA acerca da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, cabendo à COMPRADORA definir a data que constará do aditivo como marco para início da redução da QDC, desde que essa data seja posterior a da celebração do aditivo e coincida com a data da efetiva redução da QDC pelo(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) que optou(taram) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE.

4.6.2 Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, permanecem válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas por meio de aditivos anteriores.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, no PONTO DE ENTRADA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.1.1, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.1.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG_{m,i} = PT_{m,i} + PM_{m,i}$$

Onde:

$PG_{m,i}$	É o PREÇO DO GÁS (PG) para o mês “m”, em que “m” é o mês de fornecimento, expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$PT_{m,i}$	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), para o mês “m”, em que “m” é o mês de fornecimento, calculada conforme indicado no item 5.1.1, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$PM_{m,i}$	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), para o mês “m”, em que “m” é o mês de fornecimento, calculada conforme fórmula indicada no

	item 5.1.3, expressa em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
I (1 [ou 2])	É o índice que identifica a origem do GÁS. PG1 e PM1 correspondem ao GÁS produzido a partir do POLO BAHIA. PG2 e PM2 correspondem ao GÁS produzido a partir do POLO PEROA.

5.1.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), será calculada mensalmente e composta pelos custos incorridos pela VENDEDORA em relação aos ENCARGOS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, para atendimento a este CONTRATO.

5.1.1.1. No repasse da PARCELA DO TRANSPORTE pela VENDEDORA à COMPRADORA, poderão ser acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a forma de cobrança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, os tributos incidentes sobre tal contratação.

5.1.2. Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS (a) por FALHA NA PROGRAMAÇÃO ou (b) por qualquer conduta atribuível exclusivamente à VENDEDORA que viole o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, a COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE todos os custos e/ou encargos incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento deste CONTRATO, que serão cobrados pela VENDEDORA da COMPRADORA em uma base de repasse (*pass-through*), conforme definidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, dentre eles:

- (i) Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada (ECNU);
- (ii) Encargo de Custo Fixo de Compra e Venda de Gás (ECFCVG);
- (iii) Encargo de Capacidade-Congestionamento (Tccong);
- (iv) (a) Encargo de GUS; ou (b) QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE fornecido ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. O custo a ser arcado pela COMPRADORA será calculado mediante a multiplicação de tal QUANTIDADE DE GÁS pela PARCELA DA MOLÉCULA – PM vigente no MÊS em questão; e
- (v) Eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores utilizando o SISTEMA DE TRANSPORTE, em decorrência de atos ou fatos que a COMPRADORA tenha dado causa, incluindo, mas não se limitando, por fato relacionado ao descumprimento de seu compromisso de programação e retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, bem como neste CONTRATO.

5.1.2.1. No repasse dos ENCARGOS ADICIONAIS DO TRANSPORTE (EAT) pela VENDEDORA à COMPRADORA, serão acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a



forma de cobrança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, os tributos incidentes sobre tal contratação.

5.1.2.2. Na eventualidade de a COMPRADORA causar, por sua ação ou omissão no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, a cobrança de Encargo de Excedente Autorizado e Encargo de Excedente Não Autorizado pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, então os valores a este relacionados serão repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA.

5.1.2.3. O Encargo de Excedente Autorizado e o Encargo de Excedente Não Autorizado, quando devidos, nos termos do item 5.1.2.1, serão cobrados, pela VENDEDORA à COMPRADORA, como ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE e serão acrescidos à PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

5.1.2.4. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE e os custos mencionados no item 5.1.2 correspondem a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR pela prestação do serviço de transporte de entrada que foi contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO, formalizado através do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA relativa à PARCELA DE TRANSPORTE e aos custos mencionados no item 5.1.2, deverá ser refletida no presente CONTRATO.

5.1.3. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, no PONTO DE ENTRADA, aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS será calculada trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM_{m,i} = \frac{(10,6\% \text{ Brent}_m) TC_m}{FC}$$

Onde:

$PM_{m,i}$	É a PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em US\$/MMBtu (Dólar por MILHÃO de BTU), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, para o GÁS produzido nos Campos do POLO 1 e POLO 2. Referente ao MÊS m, sendo "m" o MÊS do fornecimento.
TC_m	é a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
$Brent_m$	É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa



	<p>decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).</p> <p>Para o cálculo da PMt para o mês de janeiro de 2025, em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das cotações diárias do Brent para o primeiro mês disponível do calendário civil, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pela ICE, referente aos meses de julho/2024, agosto/2024 e setembro/2024.</p>
FC	É o fator de conversão de m ³ para MMBTU equivalente a 26,8081 m ³ /MMBtu.

5.2. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.3. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (reais por metro cúbico), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta Cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.4. O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS da aplicação do reajuste.

5.5. Na hipótese de o EIA, o BLS ou o Banco Central do Brasil deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE PROGRAMAÇÃO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Programação da VENDEDORA.

Durante toda a vigência do CONTRATO, a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada Dia, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV) até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC); (ii) nominar a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV), junto ao TRANSPORTADOR, como QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN); (iii) programar a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN), junto ao TRANSPORTADOR como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM O TRANSPORTADOR (QDPT) e (iv)

disponibilizar para a custódia do TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTRADA a cada Dia, a Quantidade Diária Programada (QDP).

6.1.1. A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, programação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA equivalente à QDP, observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

6.1.2. Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo entre (i) a QUANTIDADE MEDIDA CORRIGIDA (QMC) no PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA e, (ii) respectivamente, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA pelo TRANSPORTADOR mediante nominação de QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) por cada PARTE para o PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA, que gere um desequilíbrio no BALANCEAMENTO do portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS do VENDEDOR para o COMPRADOR, então o COMPRADOR deverá pagar ao VENDEDOR o PREÇO DO GÁS vigente à época da troca, relacionado à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para fins exclusivos do item 13.1 deste CONTRATO;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade da COMPRADORA para a VENDEDORA, então a VENDEDORA deverá pagar o PREÇO DO GÁS multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca de titularidade, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela à VENDEDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

6.2. Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO ao final de determinado MÊS, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade mensalmente calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de comprovação de perdas e danos:



$$PFP = 100\% \times QF \times PG$$

Onde:

PFP	é o valor da penalidade mensal por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no MÊS em questão devida pela VENDEDORA.
QF	é a soma da QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS ao final do mês em questão.
PG	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

6.2.1. A penalidade estabelecida no item 6.2 acima, caso aplicável, são é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO, observando-se o limite previsto no item 6.2.2. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e os danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.2.2. Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja comprovadamente oriunda de evento do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou nos CONTRATO(S) UPSTREAM não causado pela VENDEDORA, então a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pela VENDEDORA como indenização no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, conforme o caso.

6.2.3. A COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba gás do TRANSPORTADOR no PONTO DE SAÍDA; (ii) sejam ajustados os desequilíbrios no BALANCEAMENTO entre as Partes mediante programação regular diária e/ ou implementados os procedimentos previstos no item 6.1.2; e/ou (ii) sempre que COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR e/ou de terceiros por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou será reduzida do valor efetivamente recebido pela COMPRADORA, conforme o caso.

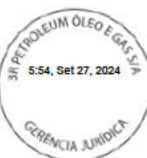
6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Observadas as previsões do item 6.2 e seu subitens, caso em determinado MÊS seja aplicável o pagamento de penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a Quantidade Faltante (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = \sum (QDPV - QDN)$$

Onde:

QF	é a soma da QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no mês de faturamento.
QDPV	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV) de cada dia do mês em questão.



QDN	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) de cada dia do mês em questão.
-----	---

6.3.1.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTRADA:

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de programação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, nos prazos previstos na CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1. Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada MÊS, a adquirir e solicitar junto à VENDEDORA e, ainda, programar junto ao TRANSPORTADOR e, mesmo que não solicite e/ou não programe, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual 80% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

7.2. QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS - Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pela COMPRADORA no correspondente Mês será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNA = (80\% \times QDC \times M) - (QF + QNFM) - \sum_{j=1}^M (QDA_j + NTC_j)$$

Onde:

QNA	é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS.
QNFP	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada em função de FALHA DE PROGRAMAÇÃO no respectivo MÊS.
QNFM	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QNPP	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada em função de PARADAS PROGRAMADAS ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS no respectivo MÊS.
QDA _j	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA "j".
NTC _j	é a QUANTIDADE DE GÁS, comercializada no DIA "j", por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra, pela

	COMPRADORA e venda, pela VENDEDORA, de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
j	é cada um dos DIAS do correspondente MÊS.

7.2.1. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.3.

7.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA(QPNA)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 13.3, as correspondentes QUANTIDADES NÃO ALOCADAS (QNA) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO ALOCADAS (QPNA).

7.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADA (QPNS)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADA (QPNS), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

- (a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADAS (QPNS) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será igual à QUANTIDADE DE GÁS que tenha sido solicitada entre 80% e 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) em base mensal. Caso em determinado MÊS a COMPRADORA não possa recuperar a integralidade ou parte da QUANTIDADE PAGA E NÃO SOLICITADA (QPNS) em função de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADA PROGRAMADA, PARADAS NÃO PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ela deverá, findo o MÊS em questão, (i) NOTIFICAR a VENDEDORA e informá-la da QUANTIDADE DE GÁS que deixou de recuperar em função de tal(is) fato(s); e (ii) nos MESES subsequentes compensar o saldo não recuperado ou o valor relacionado contra qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela VENDEDORA, considerando o valor obtido pela multiplicação da QUANTIDADE DE GÁS não recuperada pelo PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que se dê a compensação.
- (b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a critério da VENDEDORA, (i) a VENDEDORA poderá pagar à COMPRADORA eventual saldo de QPNS multiplicado pelo PREÇO DO GÁS vigente na data do efetivo pagamento, ou (ii) permitir que a COMPRADORA recupere o saldo das QPNS, diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no último ANO, durante um período de até 60 (sessenta) DIAS contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto pelos compromissos de recebimento de GÁS da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.

- (c) Após o prazo de 60 (sessenta) DIAS previsto na alínea (c) acima, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADAS (QPNS), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

7.4.1. A QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADA (QPNS).

7.4.2. Caso em determinado MÊS ocorra a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO SOLICITADAS, (i) a PARCELA DA MOLÉCULA referente à QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será a média aritmética simples das PARCELAS DA MOLÉCULA vigentes à época da recuperação e (ii) a COMPRADORA deverá pagar por todos os custos de transporte do GÁS recuperado no respectivo MÊS, incluindo os tributos aplicáveis.

7.4.3. A VENDEDORA fará certificação anual das reservas de GÁS e, caso não haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente suficiente para cumprimento da devolução da QPNS, nos termos dos itens 7.4(a) e (b), se compromete (i) a promover a devolução do saldo de QPNS mediante programação de GÁS de outras fontes no PONTO DE ENTRADA e/ou no PONTO DE SAÍDA ou (ii) a pagar a COMPRADORA o valor equivalente ao saldo de QPNS multiplicado pelo PREÇO DO GÁS vigente na data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) não poderão ser superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (b) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS; e
- (c) a ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

8.1.2.1. A qualquer momento a COMPRADORA poderá solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). Da mesma forma, as Partes



poderão alterar a QDC, para fins de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO, mediante programação regular diária e/ ou com base nos procedimentos previstos no item 6.1.2.

8.1.3. Até as 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DE PROGRAMAÇÃO; ou
- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4. Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

8.1.4.1. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (a) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE PROGRAMAÇÃO em caso de recusa.

8.1.5. Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos dos itens 8.1.3 ou 8.4, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2.

8.1.6. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE PROGRAMAÇÃO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

8.2. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento e até as 12:30 (doze horas e trinta minutos) no DIA (intradária) do fornecimento, observadas as condições estabelecidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3, cuja validade e aplicabilidade estarão sujeitas às regras do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Neste momento, a COMPRADORA também informará à VENDEDORA a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE para o DIA seguinte.

8.3. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV) e à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM O TRANSPORTADOR (QDPT) para o correspondente DIA.

8.3.1. A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM O TRANSPORTADOR deve ser equivalente à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA COM A VENDEDORA (QDPV) tanto em volume quanto na delimitação dos PONTOS DE ENTRADA e PONTOS DE SAÍDA da INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE.

8.4. Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS conforme previsto no item 8.2, a VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 15:00 (quinze horas) do DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP até o limite da QDC ou o estabelecimento da QDP conforme a QDS estabelecida nos termos dos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTRADA

9.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTRADA.

9.2. Todos os riscos e perdas de GÁS são de responsabilidade da empresa proprietária da molécula.

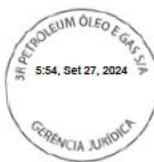
9.3. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no PONTO DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE firmados entre TRANSPORTADOR e as PARTES para os PONTOS DE ENTRADA e os PONTOS DE SAÍDA.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser programado pela VENDEDORA deverá apresentar características de qualidade que atendam às especificações do Regulamento Técnico ANP nº 002/2008,



anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estarão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo os CONTRATOS DE TRANSPORTE, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições técnicas específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS E EMERGENCIAIS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na disponibilização ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de programação da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento, transporte e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados e/ou terceiros).

12.1.2. Para fins de PARADAS PROGRAMADAS, serão considerados como motivos de PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA, a interrupção total ou parcial de fornecimento a seus usuários por motivo de manutenção, reparo, substituição de gasoduto da rede de distribuição ou estações vinculadas a esta, bem como PARADAS PROGRAMADAS de seus usuários que possam afetar a capacidade da COMPRADORA de cumprimento de suas obrigações de retirada mínima, mediante comprovação à VENDEDORA. No caso de parada programada dos usuários da COMPRADORA, a VENDEDORA deve receber notificação com evidências destas paradas dos usuários.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 30 DIAS por ANO.
- (b) Na eventualidade de a limitação prevista no item (a) acima não ser suficiente para abarcar as PARADAS PROGRAMADAS oriundas de eventos

relacionados ao(s) CONTRATO(S) UPSTREAM e/ou CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ou CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, então tal limitação será ajustada, na medida necessária para alinhamento com os referidos contratos, sem que seja caracterizada FALHA DA VENDEDORA.

- (c) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.
- (d) Na eventualidade de ocorrência de PARADAS NÃO PROGRAMADAS que impossibilitem, total ou parcialmente, o fornecimento de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA, a VENDEDORA deverá informar à COMPRADORA, tão logo receba informações acerca de tais eventos, bem como sobre a sua duração e impactos da PARADA NÃO PROGRAMADA na QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
- (e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS para cada uma das PARTES.

12.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 30 (trinta) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, NOTIFICADA nos termos do item 12.2(c). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

CLÁUSULA TREZE - FATURAMENTO

13.1. O faturamento será efetuado mensalmente, no prazo indicado no item 13.7, correspondendo cada MÊS a um PERÍODO DE FATURAMENTO, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre o primeiro dia ao último dia do mês calendário. O faturamento será realizado pelas sedes e/ou filiais da VENDEDORA.

13.2. Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDA_i + NTC_i) \times PG$$

Onde:

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDA_i	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA(QDA) em cada DIA do MÊS em questão.



NTC_i	é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA “i” por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
PG	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em questão.
i	Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
n	Corresponde ao total DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.

13.3. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) em determinado MÊS, na forma do item 7.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pelo valor PARCELA DA MOLÉCULA vigente no MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNA \times PM$$

Onde:

FAT_{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.2.
QNA	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS.
PM	É a média aritmética simples das PARCELA DA MOLÉCULA (PM) vigente no MÊS em que foi apurada a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA).

13.3.1 Recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA)

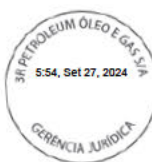
Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA) através de QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR), conforme item 7.4, será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNA} = QR_M \times PM$$

Onde:

$DCred_{QPNA}$	É o valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA).
QR_M	É a QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR_M) no MÊS, com respectivo abatimento do saldo previsto no item 7.4.
PM	É a média aritmética simples das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) referente ao MÊS da respectiva recuperação, sem tributos.

13.3.2A QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QRM) no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à



COMPRADORA, em compensação de um respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA, no qual serão considerados os tributos devidos, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

13.4. O valor do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, relativo aos custos incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte de entrada, não incluídos no item 13.2 de faturamento regular do GÁS, previstos no item 5.1.1, serão faturados MENSALMENTE na forma do item 13.7 e pagos conforme o item 13.8.

13.5. Para fins dos itens 13.2 e 13.3 o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.6. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.6.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.7. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser apresentados igualmente até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso incluídos em nota fiscal de venda do GÁS, ou até o 10º (décimo) DIA ÚTIL DO MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso sejam cobrados de outra forma, e seguirão o mesmo formato utilizado pelo TRANSPORTADOR para cobrança dos custos que o compõem.

13.8. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser pagos no mesmo prazo, quando incluídos em DOCUMENTO DE COBRANÇA de venda do GÁS, ou até o 21º (vigésimo-primeiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.9. Tributos e Encargos.

13.9.1. O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.9.2. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou

redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTRADA e/ou no PONTO DE SAÍDA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.9.3. A revisão prevista no item 13.9.2, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.9.4. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.9.5. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.7 e 13.8.

13.9.6. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.10. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de [1%] MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado.



13.11. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.11.1. Havendo controvérsia sobre a importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA;
- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO deste CONTRATO, devendo o valor em controvérsia ser pago, de toda forma, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

13.11.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.11.1(b) e (c).

CLÁUSULA QUATORZE - INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO.
- (b) O descumprimento substancial por quaisquer das Partes das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.
- (c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência, entre em liquidação judicial ou

extrajudicial, ou sofra intervenção de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente.

- (d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.2.
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSETE - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) Perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

14.1.1. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 10 (dez) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.1.2. Na hipótese do item 14.1.1 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.1.1 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 60 (sessenta) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.1.2.1. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO, as obrigações das PARTES do CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.2. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo, observado o limite aplicável à VENDEDORA, conforme previsto no item 6.2.2 deste CONTRATO:

$$VI = QDC \times DF \times PG \times 30\%$$

Onde:

VI	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em reais (R\$).
QDC	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.2.1. Sem prejuízo dos itens 14.4 e 14.5 abaixo, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.2 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.2.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.2 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.3. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES ou que afete os CONTRATOS UPSTREAM e/ou CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 6 MESES ou o período previsto CONTRATOS UPSTREAM e/ou CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, conforme aplicável, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.4. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre incidências tributárias e solução de controvérsias, as quais devem permanecer em vigor após a resolução.

14.5. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA):

- (a) Caso a VENDEDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula Quatorze, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.2.2, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA) multiplicado pelo PREÇO DO GÁS (PG), vigente na data da resolução do CONTRATO, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos deste CONTRATO.
- (b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela VENDEDORA, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA), calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do valor da indenização a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, nos termos do item 14.2. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO ALOCADA (QPNA) seja superior à indenização a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, a VENDEDORA deverá pagar tal diferença à COMPRADORA, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos deste CONTRATO.

14.6. O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade algum de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) Por mútuo acordo das PARTES;
- (b) nas hipóteses dos itens 3.4. deste CONTRATO;
- (c) na eventualidade de impossibilidade de extensão do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ou execução, pela VENDEDORA, de novos instrumentos contratuais que permitam o transporte do GÁS até o PONTO DE SAÍDA, em qualquer hipótese, por motivo não atribuível exclusivamente à VENDEDORA.

CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos;

- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção e escoamento do necessário para atendimento deste CONTRATO;
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

15.3. Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar imediatamente sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências

de tal evento.

- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.4.3. Com relação ao item 15.4(b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

15.6.1. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6.2. Para cada DIA de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será

estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS, que não será programada e/ou retirada, constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para as penalidades estabelecidas neste CONTRATO.

15.6.3. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser programada pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

16.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

16.2. MEDIAÇÃO.

- (a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15;
- (b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO; e
- (c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

16.3. PERITAGEM.

- (a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da

MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

- (b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.
- (c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

16.3.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (a) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (b) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (c) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (d) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (e) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico; e

- (f) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

16.3.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (a) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (b) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (f) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (g) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

16.3.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

16.3.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

16.4. ARBITRAGEM.

16.4.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da

CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.4.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português.

16.4.3. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

- (a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:
 - i. cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
 - ii. recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e,
 - iii. o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
 - i. A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
 - ii. Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da

CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO").

- iii. Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
- iv. Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.4.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.4.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.5. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE(S), observado o disposto nos itens 17.2 e 17.3 abaixo.

17.2. A VENDEDORA poderá transferir, sem o consentimento da COMPRADORA, o CONTRATO ou os direitos relativos ao CONTRATO à sua controladora, às controladas, subsidiárias, coligadas ou AFILIADAS da sua controladora. Neste caso, a VENDEDORA será automaticamente liberada de todos os deveres e responsabilidades, que deverão ser integralmente assumidos pelo cessionário.

17.3. Fica expressamente autorizada a cessão, pela VENDEDORA, dos recebíveis resultantes deste CONTRATO, como garantia para fins do financiamento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando ao penhor ou alienação fiduciária, não havendo solidariedade entre COMPRADORA e VENDEDORA perante o cessionário.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) VENDEDORA

Praia de Botafogo 186, salas 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
CEP 22250-145
A/C: Thiago Esteves Martins
Fone: +55 21 96715.2364
E-mail: Thiago.martins@bravaenergia.com

(b) COMPRADORA

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE
CEP: 51111-010
A/C: Rafael Mendes | Roberto Zanella
Fone: +55 (81) 99962-5191 | +55 (81) 98494-2990
E-mail: rafael.mendes@copergas.com.br | roberto.zanella@copergas.com.br
C/C: Plantão Emergencial
Fone: 08002812002 | +55 (81) 3464 7400
Programação: programacao@copergas.com.br

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Praia de Botafogo 186, salas 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
CEP 22250-145
A/C: Thiago Esteves Martins
Fone: +55 21 96715.2364
E-mail: Thiago.martins@bravaenergia.com

(b) COMPRADORA

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE
CEP: 51111-010
A/C: Rafael Mendes | Roberto Zanella
Fone: +55 (81) 99962-5191 | +55 (81) 98494-2990
E-mail: rafael.mendes@copergas.com.br | roberto.zanella@copergas.com.br
C/C: Plantão Emergencial
Fone: 08002812002 | +55 (81) 3464 7400
Programação: programacao@copergas.com.br
Medição e Qualidade: medicao@copergas.com.br
Financeiro: gfin@copergas.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores,

empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

19.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.2.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS

cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.2.3. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.2.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM - CONDUTA DAS PARTES.

21.2.5. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

21.3. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela Parte Indenizante e suas AFILIADAS.

21.5. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

21.6. AS PARTES garantem que nem elas próprias, suas subsidiárias, se aplicável, seus respectivos diretores, executivos, agentes, representantes ou empregados constam como

Parte Sancionada em listas de Sanções nacionais ou internacionais. As PARTES também garantem não possuir qualquer tipo de relacionamento comercial ou vínculo com qualquer “Parte Sancionada” nem o fará durante a vigência deste CONTRATO.

21.6.1. “Parte sancionada” significa, a qualquer momento, qualquer pessoa ou entidade: (i) indicada em qualquer lista relacionada às restrições de pessoas impedidas ou bloqueadas; (ii) residente ou organizado de acordo com as leis de um país ou território sujeito às sanções abrangentes e restritivas; ou (iii) de propriedade majoritária ou controlada por qualquer dos itens anteriores.

21.6.2. “Sanções” significam as sanções econômicas ou financeiras e os embargos comerciais impostos, administrados ou executados pelos (i) os Estados Unidos, (ii) o Conselho de Segurança das Nações Unidas, (iii) a União Europeia e seus estados membros, (iv) o Reino Unido, (v) o Brasil e (vi) as respectivas instituições governamentais de qualquer uma das anteriores, incluindo, entre outros, o Tesouro de Sua Majestade; o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA; o Departamento de Comércio dos EUA; o Gabinete do Controlador-Geral do Brasil; o Ministério Público da União; os Ministérios Públicos dos Estados Brasileiros; o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunais de Contas da União, Estados ou Municípios; e a Comissão de Valores Mobiliários.

21.7. As PARTES concordam que a não observância dessas premissas por uma das PARTES levará à suspensão da relação comercial até que haja o devido esclarecimento de fatos desabonadores eventualmente alegados contra tal PARTE. Em caso de ausência de esclarecimentos adequados, ou decisão condenatória em qualquer instância, seja civil, administrativa ou penal contra a PARTE violadora ou qualquer de seus empregados, sócios e administradores, a outra PARTE poderá rescindir este CONTRATO, sem prejuízo de eventual reparação na esfera cível.

21.8. A COMPRADORA declara ter recebido, lido, compreendido e garante atuar de acordo com todos os termos do Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da VENDEDORA, cuja versão atualizada encontra-se disponível para consulta em: <https://ri.bravaenergia.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>.

21.9. A COMPRADORA entregará os seguintes termos assinados como prova de ciência e adesão ao Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da VENDEDORA: (i) Termo de Adesão e Compromisso ao Código de Ética e Conduta; (ii) Termo de Compromisso de Confidencialidade; (iii) Certificado de Ciência e Compromisso da Política Anticorrupção da VENDEDORA.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.



22.1.2. Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2. Modificação das cláusulas contratuais.

22.2.1. Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

22.3. Declarações e garantias.

22.3.1. As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

22.4. Completude do CONTRATO.

22.4.1. Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

22.5. Sobrevivência.

22.5.1. Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.4, a CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO e a CLÁUSULA DEZENOVE - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

22.6. Valor estimado do CONTRATO.

22.6.1. As PARTES concordam que o VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 250.000.000 (Duzentos e cinquenta milhões de Reais).

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

23.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

23.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

23.3. As PARTES acordam que a data de assinatura deste CONTRATO será aquela em que o último signatário concluir o procedimento de assinatura.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024.

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.

Pedro Medeiros

Jorge Boeri

Por: Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros
Cargo: Diretor

Por: Jorge Alejandro Boeri
Cargo: Diretor

3R BAHIA S.A.

Pedro Medeiros

Jorge Boeri

Por: Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros
Cargo: Diretor

Por: Jorge Alejandro Boeri
Cargo: Diretor

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS

[Assinatura]

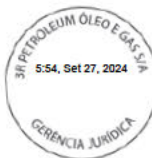
ROBERTO COBO ZANELLA

Por: Felipe Valença de Sousa
Cargo: Diretor Presidente

Por: Roberto Cobo de Zanella
Cargo: Diretor Técnico Comercial

Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa

Por: Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa
(Signatário)



TESTEMUNHAS:

Thiago Martins

Nome: Thiago Esteves Martins

Rafael Henrique Tavares Bezerra Mendes

Nome: Rafael Henrique Tavares Bezerra Mendes

